



ALFA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - EM R\$ MIL

Classificação do Cosif	Individual		Consolidado		Nova classificação
	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2019	01/01/2020	
Disponibilidades	2.303	2.303	5.861	5.861	Disponibilidades
Recursos de aplicações de liquidez	4.742.929	4.742.929	5.147.108	5.147.108	Instrumentos financeiros
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.816.127	2.816.127	3.044.623	3.044.623	Instrumentos financeiros
Relações interfinanceiras	260.335	260.335	260.335	260.335	Instrumentos financeiros
Operações de crédito	2.035.902	2.035.902	2.035.902	2.035.902	Instrumentos financeiros
Operações de arrendamento mercantil	-	(21.806)	341.967	348.256	Operações de arrendamento mercantil
Outros créditos	1.070.256	885.238	1.154.695	885.238	Operações de arrendamento mercantil
		(27.096)		(27.096)	Provisões para perdas esperadas associada ao risco de crédito
		74.266		97.894	Instrumentos financeiros
		137.858		198.659	Provisões para perdas esperadas associada ao risco de crédito
Outros valores e vens	26.065	26.065	26.432	26.536	Créditos tributários
				(104)	Outros ativos
				1.376	Investimento em participações em coligadas e controladas
Investimentos	926.741	926.930	1.187	1.376	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos
		(189)		(189)	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos
Imobilizado de uso	5.636	14.167	6.018	14.956	Imobilizado de uso
		(8.531)		(8.938)	Depreciações e amortizações
Intangível	1.029	2.885	1.271	3.659	Intangível
		(1.856)		(2.388)	Depreciações e amortizações
Total do ativo	11.887.333	11.887.333	12.025.399	12.025.399	
Depósitos	1.865.179	1.865.179	1.215.717	1.215.717	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Captações no mercado aberto	1.127.155	1.127.155	1.127.155	1.127.155	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Recursos de ações e emissão de títulos	6.040.116	6.040.116	6.803.606	6.803.606	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Relações interfinanceiras	12.527	12.527	12.527	12.527	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Obrigações por empréstimos e repasses	1.260.128	1.260.128	1.260.128	1.260.128	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros derivativos	6.055	6.055	6.055	6.055	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outras obrigações	79.007	5.983	102.986	6.097	Obrigações fiscais diferidas
		20.427		22.944	Provisões
		7.615		7.615	Provisões para perdas esperadas associada ao risco de crédito
		(82.853)		(82.853)	Instrumentos financeiros
		127.835		149.633	Outros passivos
Resultado de exercícios futuros	8.848	8.848	8.854	8.854	Outros passivos
Participação de acionistas não controladores	697.200	697.200	53	53	Participação de não controladores
Capital social	791.395	791.395	791.395	791.395	Capital social
Reservas de capital e de lucros	(277)	(277)	(277)	(277)	Reservas
Ações em tesouraria					Ações em tesouraria
Total passivo	11.887.333	11.887.333	12.025.399	12.025.399	

02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado. **(a) Auração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vendidas são reconhecidas até o 5º dia contábil, e, a partir do 6º dia, deixam de ser contabilizadas, e o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. **(b) Ativos circulante e não circulantes:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e à avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nºs 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nºs 06 "b" e 07). As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nºs 06 "b" e 07). **(c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco e de suas controladas de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida: i) Da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia. As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas ou desvalorizados são registrados em "resultado de exercícios futuros". **(d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco e de suas controladas ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado de exercícios futuros". **(e) Ativos e passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros derivativos realizados pelo Banco e suas controladas com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo). Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em contas de resultados. O Banco e suas controladas, conforme descrito na nota nº 07, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fez uso de instrumentos financeiros derivativos em moeda local, classificados como *hedge* de risco de mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira e em 2020 passou a fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteção das operações de depósitos interfinanceiros, com empresas do grupo. Para auração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas de juros médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3. As operações de captação e depósitos interfinanceiros designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 para cada respectivo vencimento, sendo: para as operações de captação Dólar X Di e Dólar X Dólar, o desconto é realizado no momento da mensuração. Na mensuração, não há nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de resultados, está apresentada na nota nº 07 destas demonstrações financeiras. **(f) Ativos permanentes:** Demonstrado a custo corrigido monetariamente até 31/12/1995, combinado com os seguintes aspectos: • Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 19). • Depreciação do imobilizado de uso, calculado pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%. • Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, divulgada pelo método linear, pelo prazo realizado de 05 anos. **(g) Passivos circulante e não circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **(h) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda: 15% mais adicional de 10%, contribuição social a 15% para o exercício de 2019; b) 20% para o Banco a partir de 2020 conforme o artigo 32 da Lei nº 13.123/2016, constitucional 103 publicada em 13/11/2016; PIS: 0,65% e COFINS: 4%. Também observada pelo Banco e por suas controladas a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSSL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 10 "b"). **(i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco e de suas controladas, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 08 "e"); • Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 07); • Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 10 "b"); e • Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 12). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **(j) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos contingentes - fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 12) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em cobranças e garantias prestadas. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os valores montantes possam ser estimados com suficiente segurança. **(k) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e de suas controladas. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **(l) Resultado recorrente/não recorrente:** As políticas internas do Banco e de suas controladas consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos de suas operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco e de suas controladas previsto em seu Estatuto Social, Além disto, a Administração do Banco e de suas controladas considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no exercício de 2020, no montante de R\$ 73.684, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

03. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(a) As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do CMN, do BACEN, da CVM, quando aplicável, incluindo os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36, e consideram as demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente, tendo sido eliminadas as participações nas empresas consolidadas, os saldos de contas, as despesas e receitas e os lucros não realizados entre empresas. Também foram destacadas as parcelas do lucro líquido e patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. Essas informações consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco e de suas controladas diretas e indiretas e seus respectivos percentuais de participação:

	31/12/2020	31/12/2019
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	99,985%	99,985%
BFI Participações Ltda.	99,999%	99,999%
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	100,000%	100,000%
Unico FIC de FUI Multimercado	100,000%	100,000%
Alfa Scorpium - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	100,000%	-
Alfa Polaris - Fundo de Investimento Renda Fixa - Crédito Privado	71,230%	-
Alfa Centaurus - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	51,880%	-
Alfa Scorpium Master - Fundo de Investimento Multimercado	69,530%	-

(b) **Relatório por segmento:** Segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujos resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões. Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial do Banco e de suas controladas, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos. As atividades do Banco e de suas controladas constituem um segmento único, o segmento de atacado, o qual é composto principalmente de operações de capital de giro, aquisição de ativos, repasses do BNDES, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

04. DISPONIBILIDADES

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e disponibilidades em bancos	2	2	2	2
Disponibilidades em moeda nacional	2.255	1.852	5.777	5.410
Disponibilidades em moeda estrangeira	807	449	807	449
Total	3.067	2.303	6.580	5.861

05. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Individual		Acima de 1.080 dias	Saldo em 31/12/2020
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias		
Aplicações no mercado aberto:	1.903.998	-	-	1.903.998
Títulos públicos do tesouro nacional	1.903.998	-	-	1.903.998
Posição bancada	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	369.688	2.177.126	2.939.589	119.235
- de ligadas	369.688	2.176.356	2.937.447	119.235
- item objeto de <i>hedge</i>	-	770	2.142	2.912
Aplicações em moedas estrangeiras	25.773	-	-	25.773
Total	2.299.459	2.177.126	2.939.589	119.235

06. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(a) **Composição da carteira**

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos do tesouro nacional	1.693.868	1.123.281	1.735.647	1.186.789
Letras financeiras do tesouro	288.595	677.681	324.313	741.189
Letras do tesouro nacional	1.090.658	445.600	1.090.658	445.600
Notas do tesouro nacional	314.615	-	320.676	-
Ações de companhias abertas	7.372	-	10.238	-
Notas promissórias	79.596	19.316	79.620	19.316
Debêntures	402.588	20.915	435.149	20.915
Cédulas de produto rural	181.663	222.773	181.663	222.773
Cotas de fundos de investimento	-	-	49.748	98.298
Letras financeiras	-	-	7.957	-
Certificado de recebíveis de Agronegócios	15.069	63.260	29.862	-
Certificado de recebíveis do Imobiliário	33.000	42.935	-	-
Títulos livres	2.413.156	1.566.285	2.606.217	1.757.953
Títulos do tesouro nacional	2.331.074	1.133.374	2.340.152	1.141.519
Letras financeiras do tesouro	458.539	87.289	468.615	95.434
Letras do tesouro nacional	1.871.535	1.046.085	1.871.535	1.046.085
Ações de companhias abertas	-	-	121	-
Debêntures	191.198	90.932	191.198	90.932
Cotas de fundos de investimento	-	-	29.364	28.683
Títulos vinculados	2.522.272	1.224.360	2.565.833	1.261.134
Total	4.935.428	2.790.591	5.167.050	3.019.087

Os títulos foram classificados nas categorias: "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda": o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Títulos e valores mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas. "Títulos para negociação": os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários". "Títulos disponíveis para venda": os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado foi registrado em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. "Títulos mantidos até o vencimento": classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco e de suas controladas em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 988.218 (31/12/2019) R\$ 454.411 e consolidado R\$ 1.017.582 (31/12/2019) R\$ 483.094. Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no Selic e as ações na CBLC.

(c) **Composição de títulos vinculados:**

Vinculados a operações compromissadas	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos dados em garantia de operações de <i>clearing</i> de câmbio	23.268	80.769	59.827	115.650
Títulos dados em garantia em ações judiciais	31.102	4.866	31.102	4.866
Total	2.522.272	1.224.360	2.565.833	1.261.134

07. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender às necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Banco e suas controladas, com acompanhamento pela Área de Risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria. Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Banco e suas controladas. Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 31/12/2020 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio, e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data-base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de *swap*, *NDF* e de opções, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam somente a operações para proteção patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo). Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo:

(a) **Instrumentos financeiros derivativos:**

Negociação:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pré	-	-	100.000	113.874
Mercado interfinanceiro	16.213	16.234	16.234	117.740
Moeda estrangeira	10.000	10.049	10.046	317.762
Índices	41.912	48.854	51.827	52.477
Posição ativa	68.125	75.137	78.707	587.979
Pré	-	-	100.000	113.874
Mercado interfinanceiro	51.912	55.411	55.872	470.239
Moeda estrangeira	16.213	16.544	16.605	17.740
Posição passiva	68.125	71.955	72.477	587.979
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	3.182	6.230	-
Prêmios de opções	-	(852)	(32)	-
Non Deliverable Forward - NDF	-	-	-	-
Posições Ativas	41.051	212.773	212.534	-
Posições Passivas	41.051	214.611	213.586	-
Exposição líquida - NDF	-	(1.838)	(1.052)	-
Total	-	-	-	19.481

Hedge:

	Individual		Consolidado	
	31/1			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - EM R\$ MIL

(a) Composição da carteira de crédito

Exposição	Consolidado			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixado	2.448.356	(31.127)	(15.238)	(29.649)
Cupom de Inflação	219.222	(6.542)	(34.497)	(43.883)
Bolsa	7.371	(1.336)	(1.627)	(3.254)
Câmbio	69.614	(1.894)	(21.558)	(42.266)
31/12/2019				
Individual				
Pré-fixado	1.131.791	(830)	(1.578)	(3.018)
Cupom de Inflação	(2.399)	108	879	1.331
Câmbio	5.643	933	1.081	2.124

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

Exposição	Consolidado			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixado	1.131.791	(830)	(1.578)	(3.018)
Cupom de Inflação	(2.399)	108	879	1.331
Câmbio	5.643	933	1.081	2.124

(c) Composição da carteira de crédito por setores

Setor	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado	3.144.419	100,0	3.231.381	100,0
Rural	131.157	4,2	28.552	0,9
Indústria	1.420.569	45,2	1.698.562	52,5
Comércio	853.378	27,1	564.861	17,5
Instituições financeiras	106.723	3,4	118.316	3,7
Serviços	732.467	23,3	820.872	25,4
Pessoas físicas	125	0,0	125	0,0

(d) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento	31/12/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	1.395.921	-	1.395.921	44,4	1.702.589	529	1.702.888	52,7
de 181 a 360 dias	621.328	-	621.328	19,8	529.184	467	529.651	16,4
acima de 360 dias	1.127.170	-	1.127.170	35,8	985.727	156	985.883	30,5
Total vencidas	3.144.419	-	3.144.419	100,0	3.217.270	1.152	3.218.422	99,6
até 60 dias	-	-	-	-	459	-	459	-
de 61 a 180 dias	-	-	-	-	625	-	625	-
acima de 180 dias	-	-	-	-	11.875	-	11.875	0,4
Total vencidas	-	-	-	-	12.959	-	12.959	0,3
Total da carteira	3.144.419	-	3.144.419	100,0	3.217.270	14.111	3.231.381	100,0

(e) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento	31/12/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	1.478.090	-	1.478.090	40,9	1.772.345	632	1.772.977	49,5
de 181 a 360 dias	697.026	-	697.026	19,4	587.726	470	588.196	16,5
acima de 360 dias	1.434.525	-	1.434.525	39,7	1.205.107	156	1.205.263	33,7
Total vencidas	3.609.641	-	3.609.641	100,0	3.565.178	1.258	3.566.436	99,7
até 60 dias	-	-	-	-	490	-	490	-
de 61 a 180 dias	-	-	-	-	645	-	645	-
acima de 180 dias	-	-	-	-	12.066	-	12.066	0,3
Total vencidas	-	-	-	-	13.201	-	13.201	0,3
Total da carteira	3.609.641	-	3.609.641	100,0	3.565.178	14.459	3.579.637	100,0

(f) Composição da carteira de crédito por níveis de risco

Níveis de Risco	31/12/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
AA	1.003.041	-	1.003.041	32,0	1.526.851	-	1.526.851	47,2
A	1.189.736	-	1.189.736	37,3	808.211	-	808.211	24,9
B	548.645	-	548.645	17,1	640.562	-	640.562	19,9
C	402.421	-	402.421	12,5	252.148	-	252.148	7,8
D	576	-	576	0,0	507	-	507	0,1
H	1.864	-	1.864	0,0	13.089	-	13.089	0,4
Total	3.609.641	-	3.609.641	100,0	3.565.178	14.459	3.579.637	100,0

(g) Composição da carteira de crédito por níveis de risco

Níveis de Risco	31/12/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
AA	1.050.956	-	1.050.956	29,1	1.564.664	-	1.564.664	43,9
A	1.574.577	-	1.574.577	43,7	1.052.751	-	1.052.751	29,5
B	564.652	-	564.652	15,6	692.045	-	692.045	19,1
C	416.616	-	416.616	11,5	252.148	-	252.148	7,1
D	976	-	976	0,0	507	-	507	0,1
H	1.864	-	1.864	0,0	13.089	-	13.089	0,4
Total	3.609.641	-	3.609.641	100,0	3.565.178	14.459	3.579.637	100,0

(h) Composição da carteira de crédito por níveis de risco

Níveis de Risco	31/12/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
AA	1.050.956	-	1.050.956	29,1	1.564.664	-	1.564.664	43,9
A	1.574.577	-	1.574.577	43,7	1.052.751	-	1.052.751	29,5
B	564.652	-	564.652	15,6	692.045	-	692.045	19,1
C	416.616	-	416.616	11,5	252.148	-	252.148	7,1
D	976	-	976	0,0	507	-	507	0,1
H	1.864	-	1.864	0,0	13.089	-	13.089	0,4
Total	3.609.641	-	3.609.641	100,0	3.565.178	14.459	3.579.637	100,0

(i) Composição da carteira de crédito por níveis de risco

Níveis de Risco	31/12/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
AA	1.050.956	-	1.050.956	29,1	1.564.664	-	1.564.664	43,9
A	1.574.577	-	1.574.577	43,7	1.052.751	-	1.052.751	29,5
B	564.652	-	564.652	15,6	692.045	-	692.045	19,1
C	416.616	-	416.616	11,5	252.148	-	252.148	7,1
D	976	-	976	0,0	507	-	507	0,1
H	1.864	-	1.864	0,0	13.089	-	13.089	0,4
Total	3.609.641	-	3.609.641	100,0	3.565.178	14.459	3.579.637	100,0

(j) Composição da carteira de crédito por níveis de risco

Níveis de Risco	31/12/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
AA	1.050.956	-	1.050.956	29,1	1.564.664	-	1.564.664	43,9
A	1.574.577	-	1.574.577	43,7	1.052.751	-	1.052.751	29,5
B	564.652	-	564.652	15,6	692.045	-	692.045	19,1
C	416.616	-	416.616	11,5	252.148	-	252.148	7,1
D	976	-	976	0,0	507	-	507	0,1
H	1.864	-	1.864	0,0	13.089	-	13.089	0,4
Total	3.609.641	-	3.609.641	100,0	3.565.178	14.459	3.579.637	100,0

(k) Composição da carteira de crédito por níveis de risco

Níveis de Risco	31/12/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
AA	1.050.956	-	1.050.956	29,1	1.564.664	-	1.564.664	43,9
A	1.574.577	-	1.574.577	43,7	1.052.751	-	1.052.751	29,5
B	564.652	-	564.652	15,6	692.045	-	692.045	19,1
C	416.616	-	416.616	11,5	252.148	-	252.148	7,1
D	976	-	976	0,0	507	-	507	0,1
H	1.864	-	1.864	0,0	13.089	-	13.089	0,4
Total	3.609.641	-	3.609.641	100,0	3.565.178	14.459	3.579.637	100,0

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

Exposição	Consolidado			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixado	1.131.791	(830)	(1.578)	(3.018)
Cupom de Inflação	(2.399)	108	879	1.331
Câmbio	5.643	933	1.081	2.124

(c) Composição da carteira de crédito por setores

Setor	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado	3.144.419	100,0	3.231.381	100,0
Rural	131.157	4,2	28.552	0,9
Indústria	1.420.569	45,2	1.698.562	52,5
Comércio	853.378	27,1	564.861	17,5
Instituições financeiras	106.723	3,4	118.316	3,7
Serviços	732.467	23,3	820.872	25,4
Pessoas físicas	125	0,0	125	0,0

(d) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento	31/12/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	1.395.921	-	1.395.921	44,4	1.702.589	529	1.702.888	52,7
de 181 a 360 dias	621.328	-	621.328	19,8	529.184	467	529.651	16,4
acima de 360 dias	1.127.170	-	1.127.170	35,8	985.727	156	985.883	30,5
Total vencidas	3.144.419	-	3.144.419	100,0	3.217.270	1.152	3.218.422	99,6
até 60 dias	-	-	-	-	459	-	459	-
de 61 a 180 dias	-	-	-	-	625	-	625	-
acima de 180 dias	-	-	-	-	11.875	-	11.875	0,4
Total vencidas	-	-	-	-	12.959	-	12.959	0,3
Total da carteira	3.144.419	-	3.144.419	100,0	3.217.270	14.111	3.231.381	100,0

(e) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento	31/12/2020				31/12/2019			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	1.478.090	-	1.478.090	40,9	1.772.345	632	1.772.977	49,5
de 181 a 360 dias	697.026	-	697.026	19,4	587.726	470	588.196	16,5
acima de 360 dias	1.434.525	-	1.434.525	39,7	1.205.107	156	1.205.263	33,7
Total vencidas	3.609.641	-	3.609.641	100,0	3.			

(b) Outras despesas administrativas:

	Individual		Consolidado	
	2º Semestre 2020	Exercícios 2019	2020	2019
Processamento de dados	(7.668)	(15.500)	(13.767)	(18.980)
Serviços técnicos especializados	(2.211)	(5.248)	(4.818)	(6.779)
Aluguéis	(2.772)	(4.989)	(4.306)	(5.609)
Serviços de terceiros	(1.657)	(2.886)	(2.590)	(3.339)
Serviços do sistema financeiro	(1.780)	(2.488)	(1.579)	(3.452)
Depreciação e amortização	(865)	(1.681)	(1.356)	(1.893)
Vigilância e segurança	(427)	(1.248)	(1.588)	(1.411)
Comunicações	(656)	(1.227)	(687)	(1.581)
Propaganda e publicidade	(327)	(790)	(1.434)	(809)
Viagem	(236)	(684)	(1.453)	(688)
Manutenção e conservação de bens	(255)	(545)	(591)	(568)
Outras	(2.283)	(3.629)	(3.176)	(4.432)
Total	(21.137)	(40.915)	(37.345)	(49.541)

(c) Outras despesas operacionais:

	Individual		Consolidado	
	2º Semestre 2020	Exercícios 2019	2020	2019
Equalização e intermediação de contratos	(14.022)	(27.315)	(9.663)	(27.339)
Despesas com pagamento de ISS (i)	-	-	-	(31.986)
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	-	-	(937)
Outras (ii)	(222)	(651)	(1.198)	(1.415)
Total	(14.244)	(27.966)	(20.861)	(29.691)

(i) Em 2019, refere-se ao pagamento de ISS efetuado pela controlada Alfa Arrendamento Mercantil S.A. ao município de São Paulo referente a operações de arrendamento mercantil do período de 01/2014 a 02/2018, atualizado com multa, juros e atualização monetária. (ii) Em 2019 inclui R\$ 9.225 referente a perdas em operações de crédito. (d) **Administração de recursos de terceiros:** O Banco administra e faz a gestão de Fundos de Investimento de Renda Fixa, de Ações e Multimercado, além de Carteiras Administradas de Particulares, cujos patrimônios na data do balanço totalizavam R\$ 5.429.982 (31/12/2019 R\$ 6.669.377). (e) **Contratação de seguros:** O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 96.485 (31/12/2019 R\$ 90.035) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2019 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2019 R\$ 3.000), respectivamente, para suprir eventuais danos ao Conglomerado. (f) **Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/12, informamos que o Banco e suas controladas não mantêm planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios de pós-emprego a seus empregados.

19. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	Alfa Arrendamento Mercantil S.A.(a)	Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	BRI Participações Ltda. (b)	Total
• Capital social	178.300	161.176	26.868	
• Patrimônio líquido	321.531	266.558	498.650	
• Resultado do exercício	5.328	8.962	10.065	
• Quantidade de ações ordinárias possuídas	12.291.033	8.000.000	-	
• Quantidade de ações preferenciais possuídas	8.194.023	8.000.000	-	
• Quantidade de cotas possuídas	-	-	26.867.343	
• % de participação	55,661%	100,000%	99,999%	
2º Semestre/2020	495	9.485	4.094	14.074
Exercício/2020	1.099	8.962	10.065	20.126
Exercício/2019	(3.477)	12.674	9.886	19.083

(a) O Banco possui participação direta na Alfa Arrendamento Mercantil S.A. de 55,661% e indireta de 44,324% através da empresa BRI Participações Ltda., perfazendo o montante de 99,985%. (b) A BRI Participações Ltda. realiza gestão de recursos próprios (*cash company*), representados por aplicações financeiras. Possui participação de 44,324% na Alfa Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 142.515 (31/12/2019 R\$ 142.050). (c) Os investimentos em sociedades controladas não sofreram alterações no decorrer do exercício.

20. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	Individual		Consolidado	
	2º Semestre 2020	Exercícios 2019	2020	2019
No início do semestre/exercício	4.116.340	767.297	715.885	1.172.178
Disponibilidades	2.724	2.303	2.834	5.861
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	4.113.616	764.994	713.051	1.166.317
No final do semestre/exercício	2.168.852	2.168.852	767.297	2.193.278
Disponibilidades	3.067	3.067	2.303	6.580
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	2.165.785	2.165.785	764.994	2.186.698
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.947.488)	1.401.555	51.412	1.021.100

(i) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

21. OUTROS ASSUNTOS

Desde o dia 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do COVID-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países e ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de COVID-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos. Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, como a prática de juro zero, além da expansão fiscal. Para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus e das medidas de isolamento social na economia, o Banco Central aprovou um conjunto de medidas com a finalidade de aumentar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Dentre essas medidas, em 2 de abril de 2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução CMN nº 4.795/20, instituindo a LTEL-LFG e autorizando o Banco Central a adquirir, no mercado primário, letras financeiras emitidas por alguns tipos de instituições financeiras, observadas as condições ali previstas e em sua regulamentação. O Conglomerado Alfa optou por utilizar esta forma de captação de recursos, cuja operacionalização ocorreu por meio do Banco Alfa S.A., devido ao fato de ser a instituição do Conglomerado detentora de conta de reserva bancária. Para atendimento aos requisitos regulamentares, as operações de crédito elegíveis a serem dadas em garantia destas operações foram objeto de cessão de crédito entre as instituições do Conglomerado, em condições equitativas conforme nota explicativa nº 08 "T". As atividades do Conglomerado Financeiro Alfa estão com plena capacidade operacional, equipes adequadas e prontas para atender as necessidades dos clientes. Nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde e de todas as demais autoridades federais, estaduais e municipais dos locais em que operamos. Em relação a nossas operações de crédito, a Administração, juntamente com o Comitê de Crédito, segue monitorando a Carteira de Ativos de Crédito diariamente e, até o momento, não foram verificados impactos negativos relevantes devido a renegociações ou inadimplência. Intensificamos o trabalho em *home office*. O Comitê de Risco acompanha e avalia de forma consistente e tempestiva nossa alocação de capital e nossa liquidez, de forma que o Conglomerado mantém uma estrutura de Basileia confortável e adequada ao momento. Todos os possíveis impactos relacionados à pandemia continuarão sendo monitorados de forma contínua. A Administração do Conglomerado permanece atenta a eventual agravamento da pandemia e de seus efeitos negativos sobre as economias global e local, bem como sobre os negócios e a situação de nossos clientes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Christophe Yvan François Cadier - Presidente
Adilson Herrero
Antonio César Santos Costa
Luiz Alves Paes de Barros

DIRETORIA

Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente
Antonio José Ambrozano Neto
Fabiano Siqueira de Oliveira

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
CRC 1SP 232846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Banco Alfa de Investimento S.A. São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Alfa de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
Conforme descrito nas notas explicativas nº 2(h) e nº 8, a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito e de arrendamento mercantil, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, divididos em nove faixas de risco, sendo "AA" o melhor rating e "H" o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. O Banco e suas controladas constituem, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e de arrendamento mercantil, aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia, o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação das operações de crédito, formalização das análises, registro nos sistemas, classificação nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, revisões desses riscos, bem como o processo de apuração e registro das provisões da perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito e arrendamento mercantil. Adicionalmente, avaliamos e testamos a interface entre os sistemas de crédito e a contabilidade. Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco e suas controladas com base nas políticas internas de crédito, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, e informações relacionadas às garantias obtidas, incluindo os métodos internos e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analisamos o cálculo aritmético incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, tomadas em conjunto.

Provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 02(i) e nº 12, o Banco e suas controladas constituem, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação da provisão para demandas

judiciais cíveis e trabalhistas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pelo Banco e suas controladas. Para determinação da provisão para demandas judiciais fiscais, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas considerando a natureza das ações e com base no julgamento do Banco e de suas controladas, por meio da opinião dos assessores jurídicos. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto a mensuração no reconhecimento ou divulgação das provisões relativos a processos, e aderência à leis e regulamentos requer julgamento significativo do Banco e suas controladas.

As premissas utilizadas são formalizadas em políticas internas e visam suportar o cálculo da provisão para eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento utilizado para a estimativa dos valores envolvidos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos relativos ao registro das contingências, determinação do risco, cálculo dos valores envolvidos, acompanhamento e encerramento dos processos judiciais.

Por amostragem, avaliamos a adequação dos dados, informações históricas, as premissas utilizadas na mensuração da provisão e das mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores e comparamos os últimos valores constantes da provisão com os valores definitivos dos processos encerrados no período corrente. Adicionalmente, revisamos o cálculo e a suficiência da provisão registrada pela Administração e solicitamos aos assessores jurídicos internos e externos informações relativas aos processos administrativos, tributários, cíveis e trabalhistas, por meio de cartas de confirmação e comparamos as informações recebidas com a posição analítica de contingências do Banco e de suas controladas em relação aos valores envolvidos, natureza da causa, andamento do processo e probabilidade de êxito das ações. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados externos, e a documentação suporte para o racional considerado pelo Banco e suas controladas na mensuração da provisão para contingências relevantes. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecemos informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos assuntos tributários, cíveis e trabalhistas em que o Banco e suas controladas estão envolvidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
A Administração do Banco e suas controladas são responsáveis por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração do Banco e suas controladas são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas de continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020

Introdução
O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A. O novo cenário, decorrente da grave crise socioeconômica mundial trazida pela Covid-19, trouxe uma série de desafios desde o primeiro semestre:

- Assim como as demais instituições financeiras e empresas de outros setores, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações e a segurança de seus funcionários, o banco adotou o home office para a maioria do *staff*.
- A queda na taxa de juros influiu em todo o mercado nas captações de recursos. O CMN, através da Resolução BACEN nº 4.795, proporcionou ao mercado o acesso à linha de crédito com garantia de ativos. Dessa forma, o banco utilizou essa alternativa para aumentar suas disponibilidades.
- Renegociações de dívidas foram efetuadas com a prorrogação no vencimento dos contratos. Em função disso, provisão adicional foi constituída para fazer frente a eventuais perdas.

Atividades do Comitê
O Comitê reuniu-se 12 vezes no período de julho a dezembro de 2020 com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado. Em especial, foram abordados assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, quando foram discutidas as providências adotadas.

Administração de Riscos
Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

Ouvidoria
Norteado pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.433, de 23/07/2015 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

Controles Internos
O Comitê considerou que as atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos são adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro
O Comitê analisou e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro. A Circular BACEN nº 3.978 e a Instrução CVM nº 617 nortearam os trabalhos no decorrer deste semestre para o enquadramento e testes com os novos grupos de Pessoas Politicamente Expostas (PEPS).

Auditoria Externa e Interna
As empresas de auditoria externa KPMG Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, são responsáveis pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A. Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e

consolidadas do Conglomerado, base 31/12/2020; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do terceiro trimestre de 2020.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações. Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades. Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras
Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo - SP, 24 de fevereiro de 2021.

Adilson Herrero
Ciderlene Justino de Souza
Paulo Aluizio Machado de Andrade

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: (i) o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitem, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; (ii) As Demonstrações Financeiras

Consolidadas encerradas em 31/12/2020, comparadas com as Demonstrações Financeiras Consolidadas encerradas em 31/12/2019, preparadas com base no IFRS, de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 4.818/20 e ao Comunicado nº 14.259/06, ambos do Banco Central do

Brasil; e (iii) O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários". São Paulo - SP, 24 de fevereiro de 2021.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio
Rubens Barletta

José Antonio Rigobello
Valter dos Santos